

Acesso a Recursos durante as Enchentes em Itajaí

*Dennis Werner e Olga Paz**

No dia 8 de julho de 1983 iniciou-se em Santa Catarina um período de chuvas de extraordinária intensidade, provocando enchentes que iriam atingir 146 municípios de um total de 199, representando 75% do território estadual (O Estado, 17-7-83:3). Dos 3,8 milhões de habitantes do Estado, 2.660.000 seriam atingidos (informe ao DASC da UFSC). Segundo o Secretário do Conselho de Desenvolvimento Industrial 60% das indústrias catarinenses foram danificadas o que significou a paralisação de atividades de 6.420 estabelecimentos de um total de 10.700 (Gazeta Mercantil, 19-7-83:5).

Certamente haverá muito a pesquisar sobre o atendimento dos flagelados durante estas enchentes. A logística das campanhas feitas pelas redes de televisão, igrejas e governos, os desvios de recursos e as intrigas políticas são apenas alguns assuntos que terão que ser examinados. Esta pesquisa visa investigar apenas a questão da aquisição de assistência. Olhando o problema do ponto de vista de quem recebeu ajuda, examinará os fatores que resultaram em maior ou menor satisfação com as doações. Baseando-se numa pesquisa de campo na cidade-porto de Itajaí, Santa Catarina, a comunicação tenta fornecer alguns dados que possam ajudar as agências de distribuição numa próxima enchente.

A cidade de Itajaí foi duramente atingida pela enchente. Oitenta por cento da área do município foi inundada, 20.000 casas ficaram

¹ Esta pesquisa foi realizada com a plena participação dos alunos das disciplinas CS01320 (graduação) e CS03309 (pós-graduação) da Universidade Federal de Santa Catarina no segundo semestre de 1983. Agradecemos o apoio do comitê especial da UFSC sobre as enchentes.

* Dennis Werner é doutorado pela Universidade Municipal de Nova York e Professor Visitante no Departamento de Ciências Sociais da UFSC. Olga Paz é aluna de mestrado no Departamento de Ciências Sociais da UFSC.

destruídas, 43.000 pessoas ficaram desabrigadas e muitas indústrias e comércios paralisaram suas atividades (O Estado, 21-7-83).

Muitos autores têm notado a importância de pesquisar a atuação de organizações de apoio durante desastres e o acesso das vítimas a recursos. Como notou Quarantelli (1982) numa revisão da literatura internacional sobre o assunto, a atuação mal informada, mesmo quando feita com boa vontade, pode até agravar os problemas das vítimas de catástrofes. As pessoas que querem ajudar às vezes se tornam os principais produtores de problemas. Por exemplo, numa pesquisa sobre o rompimento de uma barragem na Itália, Quarantelli (1979) notou os problemas de transporte causados por políticos que queriam visitar as áreas afetadas. Outros problemas que podem decorrer de programas de assistência bem intencionados incluem o acirramento de competição e conflitos entre populações que recebem ajuda e a criação de uma dependência excessiva dos recursos a serem distribuídos (ver por exemplo Oliver-Smith 1982 sobre um caso na Guatemala). Como argumenta Quarantelli (1982) estes problemas se devem em parte a um mito sobre desastres que encara a população afetada como desorientada e passiva frente ao desastre, quando na realidade as populações afetadas geralmente demonstram bastante racionalidade e força.

Um fator muitas vezes negligenciado por organizadores de resgates é a utilização de redes e organizações já existentes nas comunidades antes do desastre. Por exemplo, Quarantelli (1981) e Holt (1980) notam a dificuldade de se comunicar com pessoas — sobretudo pessoas analfabetas — através de reuniões ou outras práticas comuns da classe média. Holt cita exemplos de tentativas bem sucedidas de utilizar laços informais como de parentes ou amigos na transmissão de informações sobre saúde na Etiópia e na obtenção de recursos de assistência depois de um desastre na Guatemala. Também sugere que estes laços informais podem suprir algumas necessidades mais imediatas das vítimas dos desastres e acrescenta que o seu uso deve ser incentivado.

Questões de justiça na distribuição de recursos também se acentuam durante desastres. Numa pesquisa feita nos Estados Unidos, Leitko, Rudy e Peterson (1980) notam que a maioria das pessoas falam que a assistência durante desastres deve ser feita na base de “necessidades” e não na base de “perdas”. Por exemplo,

os mais pobres (e assim mais necessitados), mesmo que perderam pouco, devem receber mais do que os ricos que sofreram maiores prejuízos. No entanto, esta pesquisa mostrou que as pessoas que já sofreram um desastre são mais prováveis de preferirem o critério de "perdas". Depois de muitas reclamações sobre "discriminação" na sua distribuição de recursos a Cruz Vermelha nos Estados Unidos eliminou o critério de "necessidade" e agora distribui igualmente para todos, o que aparentemente é mais aceitável pelas populações atingidas por desastres.

Embora as organizações como a Cruz Vermelha pareçam responder a queixas feitas diretamente a elas, isto não garante justiça na distribuição de recursos, pois algumas pessoas podem ganhar mais que outras simplesmente porque reclamam mais. Numa pesquisa sobre a recuperação de um desastre no Estado de Texas nos Estados Unidos, Bolin (1982) examinou o acesso a vários tipos de recursos. Notou que certas pessoas (os mais jovens, os mais instruídos e os com famílias maiores) tinham uma maior probabilidade de usar os recursos mais abundantes de organizações de fora. Pessoas mais velhas e com menos renda geralmente usavam os recursos mais limitados de organizações locais. Bolin também notou que diferentes laços sociais e características pessoais ajudavam as pessoas a se recuperarem econômica e emocionalmente.

No caso das enchentes de Itajaí, existem muitas questões sobre como as doações chegaram nas mãos dos flagelados. Até que ponto as pessoas utilizavam laços sociais informais para resolver os seus problemas? Até que ponto as agências de distribuição incentivavam a auto-ajuda dos flagelados? Até que ponto os flagelados estavam satisfeitos com os critérios usados na distribuição de doações? Respostas a estas perguntas poderão ajudar a melhorar a distribuição de recursos em próximas catástrofes. A literatura internacional é sugestiva sobre estes pontos, mas como argumenta Klinteberg (1979) os fatores importantes em missões de resgates nos países desenvolvidos podem ser diferentes dos fatores importantes em países do terceiro mundo. É essencial então que o atendimento aos flagelados em Santa Catarina seja pesquisado.

A PESQUISA EM ITAJAÍ

Esta pesquisa foi realizada em duas etapas junto com alunos de graduação e de pós-graduação em ciências sociais da UFSC. Na primeira etapa, executada em outubro de 1983, entrevistamos moradores do bairro São Vicente em Itajaí sobre o atendimento que eles receberam durante as enchentes. Numa segunda etapa, em fevereiro de 1984, voltamos a Itajaí para entrevistar os responsáveis pela distribuição em vários centros da cidade.

O bairro São Vicente, na margem esquerda do rio Itajaí-Mirim, dista aproximadamente quatro quilômetros do centro da cidade de Itajaí. Com uma área de 572.000 m² o bairro tem mais de 11.000 habitantes. Os salários dos moradores variam geralmente de 1 até 3 salários mínimos com maior percentual ganhando apenas 1 salário mínimo. O índice de analfabetismo é 10 por cento. Várias instituições públicas se localizam no bairro, inclusive escolas de primeiro grau (até 8ª série), um centro social urbano, um posto de saúde e várias igrejas.

Geograficamente, o bairro é plano e de solo arenoso e seco. Durante as enchentes, quando a água transbordou as margens do rio, não houve grande correnteza pois a água se distribuía sobre uma área grande. Assim, os estragos foram menores que em outros locais do Vale do Itajaí, onde a correnteza levou mais casas e outros bens dos moradores. No entanto, a população foi obrigada a abandonar as casas durante o período das enchentes e muitos moradores perderam bens e sofreram estragos de casas por causa da água.

Para obter uma idéia melhor das opiniões dos moradores de São Vicente sobre o atendimento que receberam, elaboramos um questionário no qual constavam perguntas sobre conhecimentos quanto a centros de distribuição, satisfação com doações recebidas, grau de recuperação de estragos sofridos e dados pessoais como renda, idade, tamanho da família e entrosamento na comunidade.

Para esclarecer a utilização que os moradores fizeram de instituições públicas e/ou laços informais (como de parentesco ou de amizade) dedicamos parte do questionário a um "mapeamento" das redes sociais dos entrevistados. Para este mapeamento, primeiro pedimos que os entrevistados citassem até cinco nomes para

cada de várias perguntas tais como “com quem você se alojou durante as enchentes”, “quem ajudou você com problemas de transportes”, ou “de quem pode pedir dinheiro emprestado se precisar”. Depois de registrar os nomes para estas perguntas, os passamos para uma segunda folha do questionário onde fizemos perguntas sobre as pessoas citadas. Queríamos saber se os citados eram parentes, amigos, vizinhos, figuras públicas, assistentes sociais, etc. Com esta técnica foi possível analisar os dados de duas formas. Primeiro podíamos verificar que *tipo* de pessoa foi citada para quais problemas. Segundo, podíamos analisar quem procurava quem.

Para escolher as pessoas a serem entrevistadas usamos tabelas de números aleatórios para selecionar ruas, casas e indivíduos adultos em São Vicente. Embora esta técnica não desse uma amostra aleatória *strictu sensu* pelo menos evitou que os vieses pessoais influíssem na seleção de informantes. No total, foram entrevistados 52 moradores do bairro São Vicente. Durante as entrevistas, além de administrar os questionários, conversamos informalmente com essas pessoas sobre as suas opiniões gerais quanto ao atendimento recebido.

Na segunda etapa da pesquisa voltamos para Itajaí para falar com os responsáveis pelos vários centros de distribuição no momento das enchentes. Mostramos os resultados da pesquisa feita junto aos moradores da cidade, junto com as reclamações destes, e fizemos perguntas sobre as estruturas burocráticas envolvidas na distribuição de doações, os problemas que os responsáveis sentiram durante as enchentes e as suas sugestões para melhorar o atendimento a flagelados numa próxima enchente.

RESULTADOS DA PESQUISA

As enchentes em São Vicente não entraram em todas as casas, embora todas ficassem ilhadas. Com medo de roubos, algumas pessoas resolveram ficar em casa. Um jovem até relatou que foi obrigado a dormir em cima do fogão que tinha colocado em cima de uma mesa. Mas a maioria dos moradores saíram do bairro durante as cheias para buscar alojamento em outro lugar, mesmo os que não sofreram enchentes nas suas próprias casas. Nem todos os

flagelados aproveitaram da assistência pública oferecida. Das 43 pessoas que saíram das suas casas apenas 13 (30 por cento) se alojaram em lugares públicos. Os outros foram sobretudo para casas de parentes.

Várias reivindicações foram feitas da parte dos moradores de São Vicente quanto à distribuição de doações durante as enchentes. A maioria das queixas se concentravam em injustiças percebidas na hora da distribuição. Assim, por exemplo, alguns reclamavam que outros bairros da cidade (São João e Fazenda) foram melhor atendidos que o bairro São Vicente. Outros se queixavam que só os pobres que moravam à beira do rio receberam doações enquanto as pessoas “melhor de vida” não receberam. Ainda outros falaram que só receberam roupas as pessoas que aparentavam ser mais pobres. (Do outro lado, alguns flagelados reclamavam que as roupas foram dadas mais para “os melhores”, os mais ricos). Algumas pessoas notaram que os funcionários da polícia receberam alguns objetos que não foram dados para os outros. Em parte estas reclamações resultaram de percepções erradas da parte de alguns flagelados. Poucos tinham acesso às estatísticas sobre a quantidade de doações ou os seus destinos. Por exemplo, houve doações especiais destinadas especificamente a certos grupos de pessoas — membros de uma igreja, funcionários de uma empresa, ou funcionários da polícia.

Apesar destas queixas, a maioria (65 por cento) dos 43 entrevistados que receberam doações se manifestaram satisfeitos. Quase todos elogiavam o atendimento médico que receberam nos centros de distribuição. Houve também casos de crianças e adolescentes que queriam voltar para os centros de alojamento para poder comer bem e se divertir.

Embora o atendimento durante as enchentes pareça ter sido razoavelmente bom, há sempre espaço para se melhorar. Uma investigação das características das pessoas que se manifestaram insatisfeitas pode revelar alguns pontos para aperfeiçoar.

Uma das preocupações no atendimento dos flagelados foi a disseminação de informações sobre os lugares de distribuição de alimentos, roupas e medicamentos. A pesquisa de Itajaí mostrou que as pessoas com mais entrosamento nas redes informais de parentesco, amizade e vizinhança eram melhor informadas sobre

os diferentes centros de distribuição ($r=.38$ $p<.01$). Porém, estas informações não resultaram em maior satisfação com as doações ($r=.08$, n.s.). Provavelmente todas as pessoas eram suficientemente bem informadas para conseguir assistência.

A maioria das reivindicações eram sobre injustiças percebidas na distribuição de recursos. Algumas destas reivindicações podem ter sido válidas, embora a confirmação de tais injustiças seja difícil de documentar. Como notamos antes, em parte se trata de mal-entendidos sobre o destino de doações provenientes de grupos específicos (polícia, igreja, etc.). Em parte também se trata de insatisfação sobre os critérios usados na distribuição — necessidades ou perdas. Parece que no momento das enchentes o critério de necessidades foi privilegiado uma vez que a maioria das reclamações vinha de pessoas que se queixavam de um privilegiamento dos pobres na aquisição de doações. Houve algumas queixas de que políticos específicos dessem mais ajuda aos “seus” (protegidos). No entanto, a pesquisa mostrou que em geral os flagelados com maiores laços pessoais com os políticos do bairro não se mostravam nem mais nem menos satisfeitos que os outros. Também os flagelados (geralmente de renda maior) que tinham laços pessoais com pessoas de poder econômico (donos de loja, patrões) ficaram até *menos* satisfeitos com as doações que receberam ($r=.33$, $p<.05$). Aparentemente, estes flagelados esperavam que estes laços os ajudassem no atendimento durante as enchentes, e isso não aconteceu.

Uma das reivindicações mais ouvidas em São Vicente foi a discriminação contra pessoas que não se alojaram em centros públicos. Por exemplo, um entrevistado reclamou que duas vezes fez fila num destes centros das 7:00 horas da manhã até as 17:00 da tarde e acabou não recebendo nada. Das 13 pessoas na nossa amostra que ficaram em lugares públicos, 10 (77 por cento) se manifestaram satisfeitos com o atendimento que receberam. Mas das 21 pessoas que se alojaram com outros (geralmente parentes) que moravam em outros bairros da cidade), apenas 48% se declararam satisfeitas.

Os diretores dos centros sabiam que os flagelados que se alojavam com parentes ou amigos tinham alguns problemas. Para aqueles responsáveis a dificuldade principal foi o controle de frau-

des por parte de pessoas não-flageladas. A COMDEC (Comissão Municipal de Defesa Civil) cortou o mapa da cidade em áreas diferentes deixando que cada centro de distribuição atendesse apenas os flagelados da área indicada. Infelizmente, muitas vítimas procuraram alojamento com parentes que moravam longe dos centros onde teriam direitos de conseguir recursos. Embora houvesse um esforço para coordenar os cadastramentos de flagelados nos vários centros da cidade, este controle não foi eficaz e foi negado atendimento aos flagelados que se encontravam no bairro "errado". Os diretores dos centros sugeriram soluções diferentes. Por exemplo, quando um flagelado apareceu num dos centros de distribuição pedindo mantimentos para os 20 flagelados alojados com ele, o diretor negou a doação. Recomendou que o homem levasse todos os flagelados da casa para se alojar no centro. Assim não haveria problema de cadastramento. Aparentemente, muitos dos moradores de São Vicente seguirão este conselho na ocasião de uma próxima enchente, pois a maioria falou que preferiria se alojar em lugar público mesmo se tiver para onde ir. É evidente que isto só agravará as dificuldades dos centros de alojamento já sobrecarregados.

Durante as duas ou três semanas em que funcionavam, os centros foram dirigidos de maneiras diferentes. Em alguns centros os flagelados foram obrigados a ajudar na limpeza e outras tarefas cotidianas enquanto em outros estes trabalhos foram feitos por voluntários. Em alguns centros os flagelados foram divididos em grupos com horários limitados para tomar banhos ou comer as refeições. Em outros centros os flagelados não foram divididos. Em alguns lugares houve toque de recolher, enquanto outros não tiveram esta exigência. Os comentários dos flagelados que ficaram nestes centros eram quase todos elogiosos independente da maneira que foi feita a organização. A única reclamação que ouvimos veio de um flagelado que ficou num centro com menos regulamentos.

Em todos os centros os diretores trabalhavam sem descanso, alguns ficando completamente esgotados e reclamando que não aceitariam mais este tipo de serviço. Os prejuízos em alguns casos foram grandes. A FEPEVI, por exemplo, gastou aproximadamente Cr\$ 17.500.000 só na limpeza e outros gastos provenientes do aloja-

mento de flagelados. Uma coisa que preocupou muitos diretores foi a prática comum de relações sexuais no espaço público. Um diretor citou esta "falta de vergonha" como a razão principal pela qual não trabalharia mais num tal centro. No entanto, outro diretor confessou que quem foi escandalizado com este comportamento foram os diretores e não os flagelados que aparentavam aceitar esta situação com naturalidade.

Se o atendimento durante as enchentes foi bastante elogiado, a ajuda para recuperação posterior foi muito criticada. As pessoas precisavam por si mesmas se recuperar dos estragos sofridos. No momento da nossa pesquisa em outubro de 1983, 48% das pessoas entrevistadas que sofreram estragos e que tinham poupança própria já tinham recuperado pelo menos a metade das suas perdas. Mas apenas 23% dos entrevistados que sofreram estragos e que não tinham poupança se recuperaram a este ponto ($r = .39$). Não é de admirar, então que as pessoas que sofreram estragos por causa das enchentes se manifestaram muito menos satisfeitas com o atendimento que receberam. Das pessoas entrevistadas 78% (21 de 27) dos que não sofreram estragos se declararam satisfeitas com as doações, enquanto apenas 44% (7 de 16) que sofreram estragos se declararam satisfeitas ($r = -.36$).

Para ajudar os flagelados de Itajaí na reconstrução das suas casas, foram tomadas várias providências. Foi liberado o fundo de garantia, a COHAB junto com a LADESC implementou um programa para a construção de mais de 50 casas novas na base de mutirão e a Prefeitura junto com a LBA recebeu Cr\$ 2.000.000 para ajudar na reconstrução de 50 casas não encaixadas no programa de COHAB. Também a Prefeitura doou fogões usados e a LBA distribuiu móveis para 30 casas.

Muitos moradores em São Vicente tinham as suas casas à beira do rio em cima da terra da marinha. Como a terra é de posse e como a área é suscetível a novas enchentes, foi decidido não incentivar a reconstrução destas casas. A Prefeitura resolveu doar terra distante do bairro para construção de novas casas para algumas destas pessoas. Até fevereiro de 1984 a questão não estava resolvida. Sete famílias ainda se achavam sem casa para morar e se alojavam no hospital Santa Beatriz.

Além da falta de recursos para a reconstrução de perdas da

parte das pessoas não incluídas no programa de COHAB, foi o problema de criar expectativas irreais quanto à ajuda a ser oferecida. Uma vez que cada agência que atuava na área atingida quis fazer o seu próprio levantamento de estragos, houve um excesso de cadastramentos das pessoas afetadas pelas enchentes. Uma mulher recusou uma entrevista com uma destas agências de ajuda porque, segundo o que ela falou, já tinha dado 15 entrevistas, sem ter recebido nada. Funcionários da Prefeitura reclamaram que muitas pessoas procuravam a Prefeitura com queixas que deviam ter sido feitas a outras repartições públicas. Evidentemente, houve uma falta de coordenação entre os vários órgãos de assistência.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Dar assistência para vítimas de desastres é uma tarefa delicada. O drama do momento desperta sentimentos humanitários fortes nas pessoas que querem ajudar. No entanto, há necessidade de pensar bem e com calma como os recursos devem ser distribuídos. Como em outros lugares (Bolin 1982; Leitko, Rudy e Peterson 1980; Oliver-Smith 1982) as vítimas das enchentes em Itajaí sentiram-se injustiçadas de várias maneiras. Provavelmente é impossível inventar um critério para distribuição que seria aceitável por todos. Aparentemente, o critério adotado de maneira informal pelos órgãos de assistência no momento das enchentes em Itajaí foi de dar igual a todos, segundo o tamanho da família. Isto é um critério mais baseado nas "necessidades" do que nas "perdas", é muito parecido com critérios adotados em outros lugares. Os critérios para distribuição de recursos para recuperação são bem diferentes. Neste caso os mais pobres, como os posseiros à beira do rio, se tornaram os menos privilegiados.

Um aspecto da atuação dos órgãos de assistência em Itajaí que poderia ser melhor pensado é como incentivar a auto-ajuda dos flagelados no momento do desastre. A política de discriminar os flagelados que procuram ajuda com parentes ou amigos é muito arriscada. Levará certamente a uma dependência desnecessária nas agências públicas. A atitude expressa por um dos diretores de deixar todos os flagelados se alojarem nos centros de distribuição pública é um pouco irrealista. Se a amostra de São Vicente é re-

presentativa, mais de dois terços dos flagelados de Itajaí procuraram alojamento fora das instituições públicas. Os diretores devem pensar bem se os centros de alojamento poderiam atender três vezes mais flagelados ao incorporar estas pessoas que se auto-ajudaram.

O problema principal atrás desta discriminação foi a dificuldade em sistematizar o cadastramento das pessoas necessitadas para evitar fraude no recebimento de recursos. Duvidamos que a fraude ao nível de distribuição aos indivíduos tenha sido tão grande, sobretudo quando comparado com os desvios maiores de material antes de chegar aos centros de distribuição — por exemplo, o desvio de 20 caminhões carregados de alimentos para flagelados em Porto União (O Estado, 3-8-83:7) e o desvio de roupa e de 250 quilos de alimentos destinados aos flagelados de Rio do Sul (O Estado, 3-8-83:7). Para uma próxima enchente (ou outro desastre) seria interessante planejar um pouco melhor como os cadastramentos poderiam ser coordenados. Uma sugestão de um dos assistentes sociais foi de que cada centro se responsabilize para o cadastramento de apenas um tipo de doação (comida, roupa, cobertores, etc.) mas que o cadastramento seja feito ao nível da cidade inteira. Há certamente outras possibilidades a serem pensadas também.

Uma coordenação maior no cadastramento de pessoas para reconstrução depois das enchentes também é indicada. Pouparia trabalho duplicado várias vezes por agências diferentes e criaria expectativas mais realistas sobre as possibilidades de obter assistência. Cr\$ 2.000.000 para a Prefeitura e a LBA distribuírem assistência para flagelados não incluídos no programa da COHAB é muito pouco, sobretudo quando se considera o trabalho necessário para cadastramento e o incômodo das pessoas para receber tão pouco dinheiro.

Esta pesquisa é uma tentativa pequena de achar maneiras melhores de atender vítimas de desastres. Esperamos que outras pesquisas forneçam outras sugestões e alternativas para atuação tanto no momento do desastre quanto na reconstrução posterior. Podemos tentar evitar a ocorrência de desastres o máximo possível, mas imprevistos sempre acontecem. É melhor planejar com antecedência os esquemas de atendimento a vítimas do que deixar que a assistência seja tão caprichosa quanto o próprio desastre.

BIBLIOGRAFIA

- BOLIN, Robert. C. *Long-Term Family Recovery From Disaster*. Boulder, University of Colorado Institute of Behavioral Science, 1982. 281 p.
- O ESTADO, Alimentos foram desviados. 3-8-1983, p. 7.
- O ESTADO, Polícia apreende 250 quilos de alimentos. 3-8-1983, p.7
- O ESTADO, Amin leva a Aureliano sugestão do conselho proposta por deputados. 17-7-1983, p. 3.
- O ESTADO, Itajaí deve manter desabrigados ainda por 3 dias, diz Novaes. 21-7-1983, p. 7.
- GAZETA MERCANTIL, O Sul pede a Aureliano Cr\$ 130..., 19-7-1983, p. 5.
- HOLT, J. Some Observations on Communication with Non-Literate Communities. *Disasters*, 4(1), 1980, p. 19-21.
- KLINTEBERG, Robert af. Management of Disaster Victims and Rehabilitation of Uprooted Communities. *Disasters*, 3 (1), 1979, p. 61-70.
- LEITKO, Thomas A., David R. RUDY, e Steven A. PETERSON. Loss Not Need: The Ethics of Relief Giving in Natural Disasters. *Journal of Sociology and Social Welfare*, 7 (5), 1980, p. 730-741.
- OLIVER-SMITH, Anthony. Here there is Life: The Social and Cultural Dynamics of Successfull Resistance to Resettlement in Postdisaster Peru. In *Involuntary Migration and Resettlement: The Problems and Responses of Dislocated People*. A. Hansen e A. Oliver-Smith (eds). Boulder, Westview Press, 1982. p. 85-104.
- QUARANTELLI, E. L. *Human Resources and Organizational Behaviors in Community Disasters and Their Relationship to Planning*. Disaster Research Center, Ohio State University, 1982.
- QUARANTELLI, E. L. *Sociology and Social Psychology of Disaster*. Disaster Research Center, Ohio State University, 1981.
- QUARANTELLI, E. L. The Vaiont Dam Overflow: A Case Study of Extra-Community Responses in Massive Disasters. *Disasters*, 3 (2). 1979. p. 199-212.